



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Rua Álvaro Mendes, 2294 - Centro - CEP nº 64000-060 – Teresina – PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 456/2012

REF. F.A Nº 0112-006.919-0

RECLAMANTE: ROSALBA ANTONIA MODESTO SILVA

RECLAMADO(S): SEMP TOSHIBA S/A - CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAIBA)

PARECER

I. RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo instaurado, nos termos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), bem como do art. 33 e seguintes do Decreto Federal nº 2.181/97, pelo Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (PROCON), órgão integrante do Ministério Público do Estado do Piauí, visando apurar indício de perpetração infrativa às relações de consumo por parte dos fornecedores reclamados em desfavor de Rosalba Antônia Modesto Silva.

O Consumidor, no dia 09/08/12, principiou reclamação, através da Ficha de Atendimento supra, contra os fornecedores SEMP TOSHIBA S/A e CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAÍBA). Alegou que, no dia 01/06/12, adquiriu um aparelho de Televisão Semp Toshiba, pelo valor de R\$ 494,70 (quatrocentos e noventa e quatro reais, e setenta centavos), conforme nota fiscal nº 066172. Informou que o bem apresentou vício, razão pela qual, no dia 28/07/12, encaminhou-o à assistência técnica autorizada, conforme Ordens de Serviços nº 1255205 e nº 1258380, datadas respectivamente de 28/07/12 e de 06/08/12. Afirmou que, apesar de vários apelos, o problema não fora resolvido. Assim, com amparo no Código de Defesa do Consumidor, solicitou, na reclamação inicial, a restituição do valor pago.

Juntada de documentos pelo autor (fls. 04/07).

Destarte, o PROCON/MP-PI notificou os fornecedores reclamados, para no prazo de 05 (cinco) dias, atender ao pleito do autor, facultando-lhe as opções constantes no

parágrafo primeiro, do art. 18, do Código de Defesa do Consumidor; bem como para, no prazo de 10 (dez) dias, comunicar a providência adotada para a solução da contenda.

Devidamente ciente no dia 09/08/12 (fls. 08), o lojista ARMAZÉM PARAIBA anexou defesa tempestiva (fls. 11/26), na qual sucintamente discorreu sobre os princípios do contraditório, da ampla defesa, e do devido processo legal, determinações Constitucionais que devem ser seguidas inclusive pelos Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, os quais não podem, por exemplo, reputar o relato feitos pelos reclamantes como espécie de verdade absoluta. Destacou, no tocante ao caso concreto, que num primeiro momento o produto foi recebido pela assistência técnica, sendo devidamente reparado e devolvido; ao passo que, na segunda oportunidade, não foi constatado qualquer defeito, razão pela qual o bem foi restituído ao demandante, que recusou a recebê-lo, apesar do envio de carta cientificando sobre denominado fato. Sustentou a aplicabilidade do art. 12, da Lei nº 8.078/90, segundo o qual responsabilidade do comerciante é subsidiária. Argumentou que, mesmo se utilizando do artigo 18 do citado Codex, inexistente direito à restituição da quantia despendida, por não se ter transcorrido o prazo legal de 30 (trinta) dias. Requereu, por fim, o arquivamento do feito, sem aplicação de qualquer penalidade.

Assim, o reclamante retornou, no dia 28/08/12, ao posto do PROCON, a fim de cientificar de que não houvera o atendimento de seu pedido por parte dos fornecedores (fls. 27). Diante da impossibilidade de composição amigável, o autor foi orientado a procurar o Poder Judiciário (fls. 28).

Por sua vez, o Fabricante SEMP TOSHIBA, apesar de regularmente notificado no dia 13/08/12 (fls. 09), somente, no dia 04/09/12, apresentou defesa intempestiva. Em resguardo (fls. 30/32), propôs-se a restituir o valor pago em nota fiscal, monetariamente atualizado, devendo para tal ser preenchida, assinada e devolvida a minuta de acordo apensa.

Empós, o Ilustríssimo Conciliador considerou a arguição do demandante em face dos reclamados como Fundamentada Não Atendida. Contra os mesmo foi instaurado o Processo Administrativo nº 456/2012 (fls. 34/35).

Regulamente notificado do supracitado Processo Administrativo (fls. 36), o lojista ARMAZÉM PARAÍBA novamente apresentou defesa no prazo legal (fls. 39), limitando-se a reiterar o constante no resguardo outrora apensado (fls. 40/55).

A seu turno, a SEMP TOSHIBA de forma igual apresentou anteparo intempestivo (fls. 57), o qual será analisado em homenagem ao direito ao contraditório e ampla defesa. Neste, conforme fls. 58/62, restringiu-se a mencionar que, nos termos do comprovante juntado, foi ressarcido, no dia 08/10/12, o valor constante em nota, devidamente atualizado. Ressaltou, ainda, a improcedência de eventual penalidade à empresa, posto que, em nenhum momento, furtou-se a atender o consumidor, nem deixou de observar o que preconiza o Código

de Defesa do Consumidor e o Decreto nº 2.181/97, de modo que tampouco existe fundamentação legal ou elementos comprobatórios da suposta infração consumada. Por derradeiro, requereu a improcedência da ação, bem como a abstenção na aplicação de quaisquer sanções.

Após, vieram os autos conclusos para análise (fls. 63).

II. DA FUNDAMENTAÇÃO

Antes de se adentrar nos fatos propriamente ditos, alguns pontos preliminares devem ser explanados. Pois então, passamos à sua análise.

A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, estabelece normas de proteção e defesa do consumidor, de ordem pública e interesse social, nos termos dos arts. 5º, inciso XXXII, 170, inciso V, da Constituição Federal e art. 48 de suas disposições transitórias, sendo um sistema autônomo dentro do quadro Constitucional, que incide em toda relação que puder ser caracterizada como de consumo.

O Código de Defesa do Consumidor, como lei principiológica, pressupõe a vulnerabilidade do consumidor, partindo da premissa de que ele, por ser a parte econômica, jurídica e tecnicamente mais fraca nas relações de consumo, encontra-se normalmente em posição de inferioridade perante o fornecedor, conforme se depreende da leitura de seu art. 4º, inciso I, *in verbis*:

Art. 4º A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios:

I - reconhecimento da vulnerabilidade do consumidor no mercado de consumo. (grifos acrescidos)

Neste diapasão, sedimenta o Professor RIZZATTO NUNES:

O inciso I do art.4º reconhece: o consumidor é vulnerável. Tal reconhecimento é uma primeira medida de realização da isonomia garantida na Constituição Federal. Significa que o consumidor é a parte mais fraca na relação jurídica de consumo. Essa fraqueza, essa fragilidade, é real, concreta, e decorre de dois aspectos: um de ordem técnica e outro de cunho econômico.¹

A Insigne Professora CLÁUDIA LIMA MARQUES, por sua vez, ensina que esta vulnerabilidade se perfaz em três tipos: técnica, jurídica e econômica.

*Na vulnerabilidade técnica o comprador não possui conhecimentos específicos sobre o objeto que está adquirindo e, portanto, é mais facilmente enganado quanto às características do bem ou quanto à sua utilidade, o mesmo ocorrendo em matéria de serviços.*² (grifado)

1

¹NUNES, Rizzatto. *Curso de Direito do Consumidor*. 4. Ed. Saraiva: São Paulo, 2009, p. 129.

² MARQUES, Cláudia Lima. *Contratos no Código de Defesa do Consumidor*. Revista dos Tribunais. 3. ed, p. 148/149.

Outro, portanto, não é o entendimento da Jurisprudência pátria:

O ponto de partida do CDC é a afirmação do Princípio da Vulnerabilidade do Consumidor, mecanismos que visa a garantir igualdade formal-material aos sujeitos da relação jurídica de consumo. (STJ – Resp. 586.316/MG) (grifei)

Vale ressaltar que a hipossuficiência não se confunde com o conceito de vulnerabilidade do consumidor, princípio esse previsto no art. 4º, I do Código Consumerista, que reconhece ser o consumidor a parte mais fraca da relação de consumo. Tal princípio tem como consequência jurídica a intervenção do Estado na relação de consumo para que seja mantido o equilíbrio entre as partes, de modo que o poder de uma não sufoque os direitos da outra. A vulnerabilidade é uma condição inerente ao consumidor, ou seja, todo consumidor é considerado vulnerável, a parte frágil da relação de consumo. (TJDFT – AGI nº 20080020135496 - 4º Turma Cível – Rel. Des. Arlindo Mares – DJ. 13/05/09) (grifos inclusos)

Consignadas estas breves explicações, e examinados os autos do processo, constata-se que o âmago da questão controvertida se encontra: **a) na verificação da legitimidade passiva do lojista, bem como na análise de sua obrigação em atender ao pleito constante na exordial; b) na postergação de ressarcimento por parte do fabricante.**

Para deslinde do processo, deve-se analisar a pretensão deduzida à luz do art. 18, da Lei nº 8.078/90, que trata sobre a responsabilidade pelo vício de produto.

Inicialmente, impende destacar a nítida distinção entre vício e defeito, para fins de uso do Código de Defesa do Consumidor.

Consoante a Legislação Consumerista Pátria, por disposição de seus arts. 18 e 20, são considerados vícios as características de qualidade ou quantidade que tornem o produto ou serviços impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam e também que lhes diminuam o valor. Da mesma forma são considerados vícios os decorrentes das disparidades havida em relação às indicações constantes no recipiente, embalagem, rotulagem, oferta ou mensagem publicitária.

No que concerne ao defeito de produto e serviço, de que tratam os arts. 12 e 14 do citado código, RIZZATO NUNES assim o conceitua:

O defeito, por sua vez, pressupõe o vício. Há vício sem defeitos, mas não há defeito sem vício. O vício é uma característica inerente, intrínseca do produto ou serviço em si. O defeito é o vício acrescido de um problema extra, alguma coisa extrínseca ao produto ou serviço, que causa um dano maior que simplesmente o mau funcionamento, o não-funcionamento, a quantidade errada, a perda do valor pago – já que o produto ou serviço não cumpriram o fim ao qual se destinavam. O defeito causa, além desse dano do vício, outro ou outros danos ao patrimônio jurídico material e/ou moral e/ou estético e/ou à imagem do consumidor. Logo, o defeito tem ligação com o vício, mas, em termos de dano causado ao consumidor, é mais devastador.³

³ Idem, Ibidem, p.181.

Conclui-se que o vício pertence ao próprio produto ou serviço, e corresponde à sua adequada funcionalidade ao fim que lhe destina, jamais atingindo o consumidor ou outros bens seus. O defeito vai além do produto ou do serviço, para atingir o consumidor em seu patrimônio jurídico mais amplo (seja moral, material, estético ou da imagem).

O Preclaro doutrinador arremata, com sua didática que lhe é peculiar, a distinção entre os dois institutos, a partir de uma ilustração:

Dois consumidores vão à concessionária receber seus automóveis zero-quilômetro, ambos saem dirigindo seus veículos alegremente. Os consumidores não sabem, mas o sistema de freios veio com problema de fábrica. Aquele que sai na frente passa a primeira esquina e segue viagem. No meio do quarteirão seguinte, pisa no breque e este não funciona. Vai, então, reduzindo as marchas e com sorte consegue parar o carro encostando-o numa guia. O segundo, com menos sorte, ao atingir a primeira esquina, depara com o semáforo no vermelho. Pisa no breque, mas este não funciona. O carro passa e se choca com outro veículo, causando danos em ambos carros. *O primeiro caso, como o problema está só no freio do veículo, é de vício. No segundo, como foi além do freio do veículo, causando danos não só em outras áreas do próprio automóvel como no veículo de terceiros, trata-se de defeito.* (grifos adicionados)⁴

Configurada a existência de vício de produto no caso vertente, cabe, então, discorrer sobre solidariedade passiva do lojista.

A lei civilista brasileira, em seu art. 265, assim preceitua acerca da solidariedade: A solidariedade não se presume; resulta da lei ou da vontade das partes.

Sem muito esforço, porquanto é clara e expressa, depreende-se da leitura do art. 18 do CDC supratranscrito, que a responsabilidade pelos vícios de produto é solidária.

Isto significa que a pretensão do consumidor em relação à substituição do produto, à devolução do valor pago ou ao abatimento proporcional do preço, além das perdas e danos, pode ser dirigida tanto ao comerciante, como ao fabricante ou a qualquer outro fornecedor intermediário que tenha participado da cadeia de produção e circulação do bem.

Trata-se de hipótese legal de solidariedade passiva. O credor possui o direito de exigir de um ou de alguns devedores (comerciante, fabricante, distribuidor, etc.), parcial ou totalmente, a dívida comum. Se o pagamento tiver sido parcial, todos os demais devedores, continuam obrigados solidariamente pelo resto, tudo em conformidade com o disposto no art. 275 e seguintes do Código Civil.

Neste diapasão, posiciona-se a Jurisprudência Pátria:

A responsabilidade civil nos ilícitos administrativos de consumo tem a mesma natureza ontológica da responsabilidade civil na relação jurídica base de consumo. **Logo, é, por disposição legal, solidária.** 4. *O argumento do comerciante de que não fabricou o produto e de que o fabricante foi identificado não afasta a sua responsabilidade.*

⁴ Idem, op. cit., p.182

administrativa, pois não incide, in casu, o §5.º do art. 18 do CDC. (STJ - Resp 1118302/SC, 2º Turma, Julg. 01.10.2009, Rel. Min. Humberto Martins, Dje 14.10.2009) (grifos acrescidos)

Desta feita, a inclusão do lojista nas reclamações que tratam sobre vício de produto é medida baseada na lei, jurisprudência e doutrina majoritárias, como forma de dar maior segurança ao consumidor em ter seu direito respeitado.

Ultrapassada a questão da legitimidade passiva do lojista, cabe tecer comentários específicos sobre a matéria, concernente ao vício de produto.

Como dito alhures, o tema diz respeito justamente aos produtos que não atendem à sua finalidade específica.

Desta feita, importante assinalar o caput do artigo 18 do CDC:

Art. 18. Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como por aqueles decorrentes da disparidade, com a indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária, respeitadas as variações decorrentes de sua natureza, podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. (grifos insertos)

LEONARDO ROSCOE BESSA⁵ preceitua que, de acordo com a leitura do artigo supratranscrito, existem três espécies de vícios, quais sejam: 1) vício que torne o produto impróprio para o consumo; 2) vício que lhe diminua o valor; 3) vício decorrente da disparidade das características dos produtos com aquelas veiculadas na oferta e publicidade.

O Preclaro doutrinador elucida que, existindo vício, possui o consumidor direito a, alternativamente e à sua livre escolha: a) substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; b) restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; c) abatimento proporcional do preço.

Preleciona que, antes da escolha de uma das três alternativas que se abrem em favor do consumidor na hipótese de vício de produto, o fornecedor possui prazo de 30 (trinta) dias para saná-lo, conforme se depreende da leitura do §1º, do artigo 18, da Legislação Consumerista Pátria:

Art. 18 - (...) § 1º Não sendo o vício sanado no prazo máximo de trinta dias, pode o consumidor exigir, alternativamente e à sua escolha:
I - a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso;

II - *a restituição imediata da quantia paga*, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos;

III - o abatimento proporcional do preço. (grifos implementados)

Calha anotar que, consoante nota técnica nº 20/2009, exarada pelo Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor (DPDC), órgão responsável pela

⁵ BENJAMIN, Antônio Herman V.; MARQUES, Cláudia Lima; BESSA, Leonardo Roscoe. *Manual de Direito do Consumidor*. 3. ed. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2010, p.175.

coordenação da política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (Art. 106, caput, do CDC), é sedimentado o fato de que ***a lei concede ao fornecedor uma única oportunidade para sanar o vício***, mediante substituição das partes viciadas.

No caso vertente, cumpre relembrar que o produto, comprado no dia 01/06/12, foi encaminhado 02 (duas) vezes à assistência técnica, nos termos das Ordens de Serviços nº 1258380 e nº 1255205.

Seguindo o raciocínio aqui esposado, ***no que tange ao entendimento da Nota Técnica retrocitada***, tem-se que, desde a data da confecção da segunda Ordem de Serviço – *dia 06/08/12 [antes do início da presente reclamação]*, *possuía o autor direito às escolhas constantes no art. 18 multicitado*, dentre as quais se inclui a restituição do valor pago, monetariamente corrigido.

Os Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor consideram como abusiva e ilegal a postura da empresa que, após comunicada do intento do seu cliente em trocar o bem ou reaver o valor despendido, nega injustificadamente denominado pedido, *situação enquadrada no posicionamento adotado pelo lojista ARMAZÉM PARAÍBA*.

Ora, possuindo o consumidor direito à restituição do valor pago, incompreensível e ilegal a postura do fornecedor que ***não atende ou oferece proposta*** para resolução do problema da parte mais fraca da relação.

Outrossim, imprescindível ***constar ser desprovida de qualquer suporte fático a arguição falaciosa do ARMAZÉM PARAÍBA, no tocante a uma suposta ausência de vício, quando da análise do bem na segunda ordem de serviço***. Ora, os documentos acostados são bastante claros, no sentido em que, nas duas oportunidades, houve a troca de peças – Circuito Integrado – inexistindo qualquer menção a um ilusório mau uso.

Ademais, na situação narrada, identicamente constata-se ilegalidade em face da SEMP TOSHIBA, que postergou a restituição outrora requerida. Em termos cronológicos, a devolução que deveria acontecer a partir do dia 06/08/12, somente foi efetivada em 08/10/12, correspondendo a um lapso temporal de 02 (dois) meses.

Nesta esteira, é importante lembrar que a verdadeira intenção do Código de Defesa do Consumidor foi a de que os fornecedores solidariamente responsáveis – fabricante e lojista -, imediatamente após o transcurso do prazo de 30 (trinta) dias, já realizassem a troca do bem ou a restituição do valor pago, *sem a necessidade de se recorrer aos Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor ou ao Poder Judiciário. Infelizmente, as empresas tentam, a todo preço, esquivar-se de suas responsabilidades, sendo obrigação do PROCON equilibrar esta balança, na qual coexistem os interesses dos fornecedores e dos consumidores, que são considerados a parte mais fraca*

Digno de nota que o pagamento realizado a destempo pelo fabricante *não exclui a punibilidade em função de demais infrações perpetradas*, mas deve levada em consideração como circunstância atenuante na dosagem de possível multa pecuniária.

Por estas razões, em razão das evidentes lesões à legislação consumerista, medida que se impõe é penalização dos reclamados.

Derradeiramente, cumpre frisar que as sanções administrativas impostas, nos termos do art. 56 do CDC, *possuem um viés didático, a fim de que o fornecedor, que descumpriu as ordens do citado código, não reitere sua conduta e adote ações que se coadunem com o espírito da lei consumerista.*

Ressalta-se que os requeridos não conseguiram comprovar quaisquer fatos que lhes resguardem de uma eventual sanção administrativa.

Veja-se nesse sentido:

ACÇÃO ANULATÓRIA. MULTA ADMINISTRATIVA. PROCON. PODER DE POLÍCIA - não há vício que leve à nulidade da decisão administrativa que, no exercício do poder de polícia, impõe multa ao infrator - **Autora que não logrou comprovar os fatos constitutivos de seu direito** - Permanece configurada a infringência aos arts. 18 e 31, do CDC - Multa devida - Valor da multa dentro dos parâmetros normativos - Recurso parcialmente provido. (TJ-SP – Apl. nº 994061588879 – 2º Câmara de Direito Público – Rel. Des. José Luiz Germano – DJ 10/03/10) (grifei)

Assim, para a aplicação de sanção à empresa, basta a negligência, ora vislumbrada, não sendo necessário a má-fé, só exigível no Código Civil. Corroborando este entendimento, o Ministro do Superior Tribunal de Justiça - Antônio Herman de Vasconcellos e Benjamin⁶:

[...] No Código Civil, só a má-fé permite a aplicação da sanção. Na legislação especial, tanto a má-fé permite a aplicação da sanção, como a culpa (imprudência, negligência e imperícia) dão ensejo à punição. [...]

Por oportuno, preceitua Cláudia Lima Marques⁷:

Em nossa opinião não basta que inexista má-fé, dolo ou mesmo ausência de culpa do fornecedor (negligência, imperícia ou imprudência). Deve ter ocorrido um fator externo à esfera de controle do fornecedor (caso fortuito ou força maior) para que o engano (engano contratual, diga-se de passagem) seja justificável⁷.

⁶ GRINOVER, Ada Pellegrini, et alii. **Código Brasileiro de Defesa do Consumidor: comentado pelos autores do anteprojeto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995, p. 265.

⁷ MARQUES, Cláudia Lima. **Contratos no Código de Defesa do Consumidor**. 4. ed. RT: São Paulo. 2002, Página 1.051.

III. CONCLUSÃO

Ante o exposto, por estar convicto da existência de transgressão à Lei nº 8.078/90, opino pela aplicação de multa aos reclamados **SEMP TOSHIBA S/A** e **CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAÍBA)**, tendo em vista perpetração infrativa ao art. 18, do Código de Defesa do Consumidor.

É o parecer.

À apreciação superior.

Teresina, 03 de julho de 2013.

ANTONIO LIMA BACELAR JÚNIOR
Técnico Ministerial
PROCON/MP-PI



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Rua Álvaro Mendes, 2294 - Centro - CEP nº 64000-060 – Teresina – PI

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 456/2012

REF. F.A Nº 0112-006.919-0

RECLAMANTE: ROSALBA ANTONIA MODESTO SILVA

RECLAMADO(S): SEMP TOSHIBA S/A - CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAIBA)

DECISÃO

Analisando-se com percuciência e acuidade os autos em apreço, verifica-se indubitável infração ao art. 18, do Código de Defesa do Consumidor, perpetrada pelos fornecedores **SEMP TOSHIBA S/A** e **CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAÍBA)**, razão pela qual acolho o parecer emitido pelo M.D. Técnico Ministerial, impondo-se, pois, a correspondente aplicação de multa, a qual passo a dosar.

Passo, pois, a aplicar a sanção administrativa, sendo observados os critérios estatuídos pelos artigos 24 a 28 do Decreto 2.181/97, que dispõe sobre os critérios de fixação dos valores das penas de multa por infração ao Código de Defesa do Consumidor.

A fixação dos valores das multas nas infrações ao Código de Defesa do Consumidor dentro dos limites legais (art. 57, parágrafo único da Lei nº 8.078, de 11/09/90), será feito de acordo com a gravidade da infração, vantagem auferida e condição econômica do fornecedor.

Fixo a multa base no montante de **R\$ 6.000,00 (seis mil reais)** ao fornecedor **SEMP TOSHIBA S/A**.

Considerando a existência de 02 (duas) circunstâncias atenuantes contidas no art. 25, incisos II e III, do Decreto 2.181/97, por ser primário o infrator, e por ter o mesmo adotado as medidas pertinentes para de imediato minimizar ou reparar os efeitos do ato lesivo. Considerando a inexistência de circunstância agravante contida no art. 26, do Decreto 2.181/97. Diminuo o *quantum* em 1/2 (um meio) para cada atenuante, convertendo-se a obrigação no valor de R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais).



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Rua Álvaro Mendes, 2294 - Centro - CEP nº 64000-060 – Teresina – PI

Pelo exposto, em face do fornecedor SEMP TOSHIBA S/A torno a multa fixa e definitiva no valor de R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais).

Ademais, fixo a multa base no montante de **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)** ao fornecedor **CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAÍBA)**.

Considerando a existência de 01 (uma) circunstância atenuante contida no art. 25, inciso II, do Decreto 2.181/97, por ser primário o infrator. Considerando a existência de 01 (uma) circunstância agravante contida no art. 26, inciso IV, do Decreto 2.181/97, por ter deixado o infrator, tendo conhecimento do ato lesivo, de tomar as providências para evitar ou mitigar suas consequências. Mantenho a obrigação no importe de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), tendo em vista que uma circunstância atenuante anula uma agravante.

Pelo exposto, em face do fornecedor CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAÍBA) torno a multa fixa e definitiva no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais).

Para aplicação da pena de multa, observou-se o disposto no art. 24, I e II do Decreto 2.181/97.

Posto isso, determino:

- A notificação do fornecedor infrator **SEMP TOSHIBA S/A**, na forma legal, para recolher, à conta nº 1.588-9, agência nº 0029, operação 06, Caixa Econômica Federal, em nome do Ministério Público do Estado do Piauí, o valor da multa arbitrada, correspondente a **R\$ 1.500,00 (um mil, e quinhentos reais)**, a ser aplicada com redutor de 50% para pagamento sem recurso e no prazo deste, ou apresentar recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua notificação, na forma dos arts. 22, §3º e 24, da Lei Complementar Estadual nº 036/2004;
- A notificação do fornecedor infrator **CLAUDINO S/A LOJAS DE DEPARTAMENTOS (ARMAZÉM PARAÍBA)**, na forma legal, para recolher, à conta nº 1.588-9, agência nº 0029, operação 06, Caixa Econômica Federal, em nome do Ministério Público do Estado do Piauí, o valor da multa arbitrada,



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PIAUÍ
PROGRAMA DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
Rua Álvaro Mendes, 2294 - Centro - CEP nº 64000-060 – Teresina – PI

correspondente a **R\$ 2.000,00 (dois mil reais)**, a ser aplicada com redutor de 50% para pagamento sem recurso e no prazo deste, ou apresentar recurso, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar de sua notificação, na forma dos arts. 22, §3º e 24, da Lei Complementar Estadual nº 036/2004;

- Na ausência de recurso ou após o seu improvimento, caso o valor da multa não tenha sido pago no prazo de 30 (trinta) dias, a inscrição dos débitos em dívida ativa pelo PROCON Estadual, para posterior cobrança, com juros, correção monetária e os demais acréscimos legais, na forma do *caput* do artigo 55 do Decreto 2181/97;

– Após o trânsito em julgado desta decisão, a inscrição do nome dos infratores no cadastro de Fornecedores do PROCON Estadual, nos termos do *caput* do art. 44 da Lei 8.078/90 e inciso II do art. 58 do Decreto 2.181/97.

Teresina-PI, 08 de julho de 2013.

Dra. GLADYS GOMES MARTINS DE SOUSA
Promotora de Justiça
Coordenadora Geral PROCON/MP-PI, em exercício